

O conceito de populismo ao longo do tempo

aluno: Ricardo de Sequeira Lugó

semestre: 2o / 2010

Introdução

No senso comum, as palavras populismo e populista tornaram-se xingamentos. Quase sempre são associadas a políticos inescrupulosos, que se valem da força do carisma e da habilidade midiática para manipular as massas, estas últimas sempre dóceis, obedientes, miseráveis e ignorantes.

Por meio de práticas clientelistas, o populista barganharia, em troca de votos para sua perpetuação no poder, políticas redistributivas, muitas vezes paliativas e absolutamente insuficientes para resolver problemas socioeconômicos estruturais, como se fossem favores. E nessa confusão quase sempre são misturados, além do clientelismo, conceitos como mandonismo, patriarcalismo, coronelismo, trabalhismo e patrimonialismo. Embora muitas vezes contenha vários desses elementos, entre outros tantos, nem sempre o populismo opera conforme essa lógica.

O populismo sempre foi um fenômeno urbano do século 20? É observado apenas na América Latina? É democrático ou autoritário? De esquerda ou de direita? Neste texto, procuramos mostrar o surgimento do populismo ainda no século 19, como o fenômeno foi estruturado e trabalhado por cientistas políticos, sociólogos, historiadores, economistas e filósofos ao longo do tempo, a forte crítica conceitual que recebeu de historiadores a partir da segunda metade dos anos 80 e, por fim, a atualização do conceito feita nesta década por cientistas políticos, para dar conta da análise dos problemas contemporâneos. Estaríamos, então, diante do neopopulismo.

Antes de tudo, nesta introdução, vamos percorrer algumas reflexões produzidas sobre termos e conceitos que aparecem de forma bastante recorrente quando estudamos o populismo. Em primeiro lugar, veremos o que o dicionário de Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino tem a nos oferecer quando lemos o verbete populismo. Em seguida, retomaremos Max Weber em suas reflexões sobre os demagogos e os carismáticos. Mais adiante, recorreremos a Marilena Chaui e Renato Janine Ribeiro para nos fazer refletir sobre os aspectos teológicos e messiânicos do populismo e a espetacularização da política.

Populismo, no dicionário de Bobbio, Matteucci e Pasquino

As fórmulas populistas são as que têm o povo como “fonte principal de inspiração e termo constante de referência” (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 2009, p. 980). Povo, no caso, seria um agregado social homogêneo. “Alguém disse que o populismo não é uma doutrina precisa, mas uma `síndrome” (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 2009, p. 980).

Ao longo da história, o populismo passou por tantas construções conceituais que, segundo os autores do Dicionário de Política, “não conta efetivamente com uma elaboração teórica orgânica e sistemática” (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 2009, p. 981).

Algumas definições de populismo apresentadas no dicionário:

- “Todo o credo e movimento baseado nesta premissa principal: a virtude reside no povo autêntico que constitui a maioria esmagadora e nas suas tradições coletivas (Wills, em Ionescu-Gellner, 1971)”;
- “É uma ideologia segundo a qual `a legitimidade reside no povo’ (Fallers, 1964)”;
- “A ideologia da pequena gente do campo ameaçada pela aliança entre o capital industrial e o capital financeiro (Worsley, 1964)”;
- “O populismo baseia-se em dois princípios fundamentais: o da supremacia da vontade do povo e o da relação direta entre o povo e `leadership” (Shills, 1954).

O populismo procura amortecer a luta de classes, busca a conciliação, normalmente sob a tutela do Estado (como aconteceu, por exemplo, no Estado Novo de Vargas) e é raramente revolucionário.

Os autores do dicionário ainda mencionam que o populismo se apresenta messiânico e “busca sua sobrevivência ou preservação em formas carismáticas”, em “intérpretes quase sagrados da vontade e do espírito do povo” (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 2009, p. 982-983). Por anular a luta de classes e ter um caráter nacionalista, o populismo apresenta-se como concorrente ao socialismo e não como “ideologia complementar ou subordinada” (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 2009, p. 982). O populismo, conforme Lênin, é a “tentativa de conciliar restauração e modernização” (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 2009, p. 984).

Ainda no dicionário, observamos uma argumentação que foi amplamente utilizada pelos intelectuais brasileiros dos anos 50 aos 70, conforme veremos adiante, para explicar o populismo. O fenômeno surgiria a partir da passagem da sociedade tradicional para a sociedade moderna, devido ao forte processo de urbanização provocado pelo capitalismo industrial.

Bobbio, Mateucci e Pasquino agrupam os movimentos populistas em três categorias:

1. nacional-populistas: inclui o nacional-socialismo (nazismo), a Guarda de Ferro romena, o peronismo e movimentos como o nasserismo;
2. populismos revolucionários: stalinismo e castrismo;
3. populismos democráticos ou pluralistas: a *jacksonian democracy* norte-americana do século 19.

Entre as formas intermediárias, mencionam o getulismo.

Weber, os demagogos e os carismáticos

O populismo acontece como fenômeno nas esferas da política e do Estado. Portanto, antes de chegarmos à análise do tema desta dissertação, será de grande auxílio analisarmos rapidamente estes dois últimos conceitos.

Na conferência posteriormente publicada “A política como vocação”, Max Weber define política como sendo “a direção do agrupamento político hoje denominado ‘Estado’ ou a influência que se exerce em tal sentido” (WEBER, 1970, p. 55-56). Enfatiza, no entanto, que o Estado não pode, sociologicamente, ser definido por seus fins, apenas por seus meios. “Em verdade, quase que não existe uma tarefa de que um agrupamento político qualquer não se haja ocupado alguma vez” (WEBER, 1970, p. 56). Os fins, portanto, podem ser diferentes conforme a época, a cultura, as situações de guerra ou de paz, a predominância da fome ou da prosperidade, entre outros fatores que variam muito de nação para nação.

Alguns exemplos dessas diferenças: para Aristóteles, a política (novamente, o que Weber chamava de *a direção do agrupamento político hoje denominado Estado*) devia estar empenhada em promover a boa vida aos cidadãos. Já para Maquiavel, o grande objetivo do Estado era constituir-se institucionalmente (as boas armas e as boas leis), de forma a proteger o território que hoje chamamos de Itália, e que na época de Maquiavel era dividido em numerosos principados, das sucessivas invasões estrangeiras de que era vítima e que promoviam toda sorte de danos aos seus cidadãos. Por fim, para Hobbes, a questão central era tornar a sociedade livre da guerra de todos contra todos prevalecente no que chamava de “estado de natureza”. Cada cidadão precisava abrir mão de parte de sua liberdade (notadamente a liberdade de aniquilar com a liberdade do outro ou mesmo com o outro, fisicamente), em favor de um terceiro ente, o Estado absolutista, neutro e onipresente, para que este último zelasse pela segurança, a integridade e a paz da nação, com mão de ferro.

Weber, entretanto, concentra-se no meio pelo qual o Estado fundamentalmente se expressa e que, em sua análise, é o “uso da coação física” (WEBER, 1970, p. 56). O que caracteriza o Estado na visão weberiana é, fundamentalmente, o “monopólio do uso legítimo da violência física” (WEBER, 1970, p. 56).

Poder e dominação

O passo seguinte dado por Weber é o de que “todo homem que se entrega à política, aspira ao poder – seja porque o considere como instrumento a serviço da consecução de outros fins, ideais ou egoístas, seja porque deseje o poder ‘pelo poder’, para gozar do sentimento de prestígio que ele confere” (WEBER, 1970, p.57). Está na essência do Estado, portanto, a dominação do homem sobre o homem, dominação essa que se exerce pelo uso legítimo do monopólio da violência física. Se os homens dominados não se submeterem à dominação “continuamente reivindicada” pelos dominadores, não há Estado.

Weber divide em três as formas de legitimar a dominação: tradicional, carismática e racional-legal. A dominação tradicional estaria estruturada nos costumes (muitas vezes santificados), no hábito, nas longas tradições que são transmitidas de gerações a gerações. Quando o rei assume o trono sob a justificativa de que exerce um direito divino, concedido diretamente por Deus, é com base na tradição que se legitima este tipo de dominação. Os gestos heroicos, os dotes messiânicos, os dons pessoais extraordinários que em todos os demais provocam devoção e admiração legitimam a dominação carismática. Finalmente, a autoridade que se institui com base na legalidade, na racionalidade, naquilo que Weber chama de “competência positiva fundada em regras nacionalmente estabelecidas”, exerce a dominação racional-legal, característica dos Estados modernos, com suas burocracias, tecnocracias e corpo de servidores atuando de acordo com uma lógica meritocrática. Em todas as situações, “a obediência dos súditos é condicionada por motivos extremamente poderosos, ditados pelo medo ou pela esperança” (WEBER, 1970, p. 58).

Os estados democráticos modernos, segundo Weber, estariam sujeitos a um paradoxo. Embora solidamente estruturados em um estatuto legal, em um corpo burocrático de servidores, na meritocracia, podem, devido ao fato de o pleiteante ao cargo político precisar sensibilizar o eleitorado em troca de votos, propiciar o surgimento dos demagogos, figuras carismáticas dispostas a enfatizar supostas características heroicas e messiânicas para alcançar o poder. “Desde que existem os Estados constitucionais e mesmo desde que existem as democracias, o ‘demagogo’ tem sido o chefe político do Ocidente” (WEBER, 1970, p. 79). É bom lembrar que Weber, para quem “a demagogia moderna faz uso do discurso” (WEBER, 1970, p. 80), não testemunhou o crescimento avassalador da indústria cultural e de como ela ajudou a construir figuras midiáticas de alto impacto na subjetividade do eleitorado.

A dominação carismática (e veremos adiante que o carisma é uma característica fundamental do populista) dá-se, portanto, não pela tradição nem pela legalidade, mas pela fé popular de que o líder, portador de infindáveis virtudes pessoais, que o aproximam tanto do herói quanto do messias, será capaz de conduzir a todos galhardamente aos formidáveis destinos para os quais prometera.

Messianismo e política espetacular

A filósofa Marilena Chaui analisa o populismo no Brasil por meio de suas raízes “teológico-políticas” (CHAUÍ, 1994, p. 19). De um lado, estaria a política da classe dominante, estruturada sobre um mito fundador, exprimindo-se na forma da ideologia populista. De outro, pela perspectiva dos dominados, essa mesma política se expressaria como messianismo.

Chaui considera que o populismo tenha seis características fundamentais:

1. trata-se de um poder que se realiza sem mediações políticas, seja de partidos políticos, organizações da sociedade civil ou dos três poderes republicanos. Estabelece-se, portanto, uma comunicação direta entre o populista e os governados;
2. a relação existente é a da tutela. O governante populista apresenta-se como o único detentor dos conhecimentos da política e das leis. “Como não há mediações

políticas nem mediações sociais para que o poder se exerça, a tutela se manifesta numa forma canônica de relação entre o governante e o governado: a relação do favor e da clientela” (CHAUI, 1994, p. 19).

3. caracteriza-se por um poder transcendental. Como é um poder sem mediações, sem interlocução com as organizações civis, os partidos e as instituições republicanas e só o governante apresenta-se como detentor dos saberes políticos e legais, sua figura transcende o social. Sua figura assemelha-se ao do chefe/pai de família, segundo Chaui, universo onde impera a vontade e o arbítrio do chefe. Trata-se de um poder pré-político (CHAUI, 1994, p. 20);

4. observa-se o que Weber chama de dominação carismática, sobre a qual refletimos no início deste texto, e que confere ao governante uma áurea messiânica, divina, teológica;

5. está-se, portanto, diante de um poder autocrático, mesmo que o regime em vigência seja democrático;

6. “sendo despótico, teológico e autocrático, o poder populista é uma forma paradigmática de autoritarismo político” (CHAUI, 1994, p. 21). Isso se comprova, segundo a filósofa, pelo fato de, predominantemente, os governantes brasileiros nas esferas federal, estadual e municipal vestirem o figurino populista, mesmo nos regimes democráticos.

Chaui aponta um mito fundador que sustenta o populismo. “Um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores, novas ideias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo” (CHAUI, 1994, p. 21). Analisando a realidade brasileira, o mito fundador a partir do qual o populismo se constituiria é formado por quatro elementos:

1. a “visão do paraíso”, do Jardim do Éden, de um paraíso terrestre com vegetação luxuriante e bela, temperatura sempre amena, primavera eterna contra o outono do mundo (CHAUI, 1994, p. 22). Esta foi a imagem construída do Brasil por seus fundadores e que se reflete até mesmo nas cores da bandeira e no hino nacional. O país deixa de ser construído política e historicamente para ser construído a partir das dádivas da natureza;

2. é oferecido pela história teológica. O grande elaborador dessa história foi Santo Agostinho, nas palavras de Chaui. A lógica deste pensamento se desdobra da seguinte forma:

O tempo é ocasião para o cumprimento do plano divino. Com a vinda de Jesus, cumpriu-se a promessa de redenção e terminou o tempo real, restando apenas o tempo empírico de nossas vidas individuais [...] O verdadeiro tempo já transcorreu, restando, agora, a oposição entre o século (tempo profano nulo) e a eternidade (ausência de tempo). Ora, se o Brasil é ‘terra abençoada por Deus’, se é paraíso reencontrado, estamos numa história que se realiza sem tempo e fora tempo – ‘deitado eternamente em berço esplêndido’. Fazemos parte do plano providencial de Deus (CHAUI, 1994, p. 25);

3. origina-se na história teológica herética cristã. Constituída pelo abade Joaquim de Fiori, no século 12, foi retomada pelos franciscanos e, posteriormente, pelos navegantes e pelos jesuítas, informa Chaui. As duas características mais marcantes dessa história: 1) a divisão do tempo em três eras: “a do Pai, do Filho e do Espírito Santo, ou da lei, da graça e da sabedoria [...] e o embate final entre Cristo e o Anticristo, durante a era messiânica, com a vitória de Cristo e a instalação de um reino de mil anos de felicidade [...]” (CHAUI, 1994, p. 25). Ao contrário da história agostiniana, que fora apropriada pela alta hierarquia da Igreja e pelas classes dominantes, a joaquimita fora apoderada pelas classes populares. A miserável vida presente está à espera dos “sinais dos tempos que anunciarão a chegada do Anticristo e do combatente vitorioso, Cristo. É com essa matriz que as classes populares têm acesso à política como luta entre o bem e o mal e na qual a questão não é a do poder, mas a da justiça e da felicidade” (CHAUI, 1994, p. 25). Primeiramente, guerras, fome, danações, catástrofes naturais anunciam não apenas a

ação do governante injusto (Anticristo) como o prelúdio da era messiânica. Em seguida, surge aquele que travará os primeiros combates “[...] e criará a comunidade dos justos e santos para receber o Cristo em glória e majestade” (CHAUI, 1994, p. 26). Canudos e Contestado, por exemplo, seriam expressões dessas ideias, segundo a filósofa;

4. é decorrente da elaboração jurídico teocêntrica da figura do governante. Duas correntes medievais complementares estruturam essa elaboração. A primeira, fundada em Santo Agostinho, afirma que ao pecar o homem perdeu todos os direitos, inclusive o direito ao poder. Restrito a Deus, esse poder seria, misteriosamente, concedido a alguns homens, expressão divina na terra. Preconiza, também, que governar é realizar ou distribuir favores. A segunda corrente defende que o governante possui um corpo mortal, humano e o corpo político (místico, divino, imortal). Exerce, portanto, a vontade pessoal absoluta divina. A combinação desses dois pensamentos redundava em governantes despóticos.

Os elementos que constituem estes mitos fundadores seriam transportados aos dias de hoje por meio das ideologias. “Há uma relação de feedback entre mitologia e sociedade, sociedade e mitologia” (CHAUI, 1994, p. 27). Nos dias de hoje, esses ingredientes colaboram para que a sociedade brasileira seja autoritária (embora formalmente democrática), verticalizada, hierarquizada:

[...] na qual as relações sociais são sempre realizadas ou sob a forma da cumplicidade (quando os sujeitos sociais se reconhecem como iguais), ou sob a forma do mando e da obediência entre um superior e um inferior [...]. Não existe, no Brasil, a ideia, vinda da Revolução Francesa, de igualdade de direitos e de igualdade jurídica dos cidadãos (CHAUI, 1994, p. 27).

As relações de favor, tutela e clientela disfarçam essa organização autoritária de sociedade. Chaui afirma que três seriam as consequências de tudo isso: 1) como não há igualdade entre as partes, a ideia liberal do pacto e do contrato não consegue se estabelecer; 2) as ideias de democracia e representação também fracassam (trionfam o favor, o clientelismo, a tutela); 3) as ideias socialistas de justiça social, liberdade e felicidade também não conseguem ser visualizadas pelas pessoas. Vivemos o antagonismo do pólo da “carência absoluta e o pólo do privilégio absoluto” (CHAUI, 1994, p. 28). Só o governante pode suprir nossas carências. Reiteradamente, então, repetimos o populismo sob aparências diversas. Populismo trabalhista, com Vargas, Jango e Brizola; conservador, com Adhemar, Jânio e Lacerda; neoliberal, com Collor.

Enfim, conclui Chaui, os dominantes acreditam no direito natural ao poder e para isso valem-se do ufanismo nacionalista e desenvolvimentista. Reforçam, ainda, as ideias de pátria ordeira, “rumando para seu destino porque `somos o país do futuro””, e suas práticas clientelistas e de tutela. Pelo lado dos dominados, incorpora-se a imagem do “governante como salvador e a sacralização-satanização da política [...] Tanto num caso como noutro, a matriz mítica preserva a personalização do poder, impede a operação das mediações e reforça o autoritarismo social e o populismo político” (CHAUI, 1994, p. 30).

Embora suas reflexões não estejam diretamente relacionadas com o populismo, o filósofo Renato Janine Ribeiro analisa os dois sentidos da palavra “público”. O primeiro significado é de aquilo que se opõe ao privado. Tem o sentido de bem comum, “daquilo que não pode ser alvo de apreciação egoísta ou particular”. O segundo sentido é o de oposição ao palco, ou seja, significa

plateia. Os que assistem à apresentação tendem “à passividade”, propõe Ribeiro, “podendo manifestar-se apenas pelo aplauso ou vaia, pela compra ou boicote do ingresso, mas sem ter meios de reverter a radical e constitutiva desigualdade a separá-las dos atores. No sentido teatral, o público vale menos que o palco. Já no primeiro sentido (jurídico), ele deve valer mais que o privado [...]” (RIBEIRO, 1994, p. 32).

Na língua francesa, predominava no século 17 o sentido de público como plateia, enquanto na filosofia inglesa da mesma época era o primeiro significado que preponderava, o de público enquanto oposição a privado, informa Ribeiro. Talvez por isso, prossegue o filósofo, “temos aí um sinal da diferença das duas culturas políticas, uma quer instaurar o absolutismo [...] e a outra que vem junto com a instituição de formas de poder que, embora a longo prazo, farão triunfar a liberdade e a democracia” (RIBEIRO, 1994, p. 32).

Ribeiro relata que Luís XIV fez intenso uso de recursos teatrais. O monarca chegara a escrever que como “os povos sobre os quais reinamos, incapazes de penetrar o fundo das coisas, costumam regular o seu juízo pelas aparências que veem, e [...] medem seu respeito e obediência segundo as procedências e as posições”, é fundamental que o governo “esteja de tal forma elevado acima dos outros que ninguém se possa confundir ou comparar com ele [...]” (RIBEIRO, 1994, p. 32). Assim como o carisma e o aspecto messiânico, vistos anteriormente, a imagem e a exploração midiática também são elementos centrais do populismo, como constataremos adiante.

Quanto mais se teatralizar a política – quanto mais os cidadãos forem reduzidos a público, a espectadores das decisões políticas –, menor será o caráter público das políticas adotadas, menor seu compromisso com o bem comum, com a *res publica* que deu nome ao regime republicano. Em suma, quanto mais o governante fizer cena para sua popularidade, menos será republicano, e maior risco correremos de que, esquecendo o público pelo publicitário, ele se aproprie da coisa comum para fins privados (RIBEIRO, 1994, p. 34).

As transformações do conceito de populismo ao longo do tempo

O conceito de populismo foi utilizado pela primeira vez no século 19, tanto na Rússia czarista como nos Estados Unidos, porém com sentidos totalmente diferentes. Na Rússia, foi um movimento criado por intelectuais, que sonhavam com a revitalização das comunidades rurais aldeãs, como forma de resistir à invasão capitalista. Tinha um caráter anticzarista e revolucionário (WORSLEY, 1973). Foi elaborado mentalmente na cidade para ser implantado no campo.

Já o populismo norte-americano nasceu no próprio interior, entre os pequenos produtores rurais independentes do Sul e do Meio Oeste. Eram hostis “a todos os organismos de grande escala que o agricultor considerava antagônicos a seus interesses como produtor e consumidor” (WORSLEY, 1973, p. 32). Seus alvos eram os chamados *trusts* e os monopólios. Defendiam um mercado justo e competitivo, o que lhes dava um ar liberal, mas, contraditoriamente, clamavam por uma interferência do Estado para corrigir as maléficas ações desses *trusts* e monopólios. Constituíram um partido político, que se tornou uma força expressiva nessas regiões (terceiro partido).

Em um momento posterior, o populismo norte-americano vive um processo de “ampliação da ideologia de mobilização da ‘gente simples’, com o objetivo de incluir os trabalhadores pobres das cidades (sem que essa amistosa mão estendida recebesse resposta por parte dos trabalhadores, organizados ou não)” (WORSLEY, 1973, p. 33).

O movimento russo foi, portanto, de idolatria do campesinato, porém surgido de forma exterior a ele, na intelectualidade urbana. Já o populismo norte-americano foi um movimento de massa surgido no campo, em defesa dos interesses dos próprios agricultores. Ambos, no entanto, viam no “industrialismo capitalista e financeiro, no monopólio e nos governos irresponsáveis os maiores obstáculos ao progresso” (WORSLEY, 1973, p. 34).

Worsley lembra que o chamado embate entre sociedade tradicional versus sociedade moderna, muitas vezes propalado como contradição fundamental sob a qual se ergue o populismo, não se aplica aos casos russo e norte-americano. Na primeira situação, o passado era doce e o futuro apresentava-se como tenebroso. Rejeitava-se tanto a tradição do czarismo como a modernidade do capitalismo. Na segunda, o passado não existia e o futuro “haveria de ser, simplesmente, o presente humanizado, racionalizado e tornado mais justo” (WORSLEY, 1973, p. 34). Os russos temiam a penetração do pequeno capitalismo em direção às aldeias, criando uma diferenciação entre seus participantes e liquidando a relação igualitária existente nesses lugares. Os norte-americanos receavam que o grande capitalismo industrial monopolista esticasse os seus tentáculos em direção ao campo. Porém, o populismo americano nem de longe era contrário ao capitalismo.

Analisando o populismo do século 20 nos países da Ásia, África e América Latina, Worsley elenca os seguintes traços constitutivos do movimento, presentes, segundo ele, em maior ou menor grau, em todas as nações que testemunharam a ocorrência do fenômeno:

1. as classes sociais não se constituem em entidades sociais cruciais como nos países desenvolvidos;
2. forte componente nacionalista e discurso “anti-imperialista” (embate entre a nação e o mundo externo, normalmente as ex-potências coloniais, mas também qualquer potência ou bloco que procure controlar o país de forma direta ou influir em seu desenvolvimento);
3. o partido é o agente da libertação e o Estado-partido o agente do desenvolvimento. O Estado controla as atividades da indústria e do comércio;
4. partido único é prática recorrente em muitos desses países.

Quando analisa o peronismo e o getulismo, Worsley faz uma leitura que também foi recorrente entre os intelectuais brasileiros. Com a forte industrialização e o consequente processo acelerado de urbanização, ocorre um grande êxodo das populações rurais em direção às cidades. As elites, naquela época receosas com o risco comunista, resolvem criar uma forma de incorporação dessas massas desorganizadas, porque nos meios rurais não sofriam a influência dos sindicatos e de ideias esquerdistas (ao contrário dos operários nacionais de longa data e, especialmente, dos operários vindos da Europa e fortemente influenciados pelo anarquismo e socialismo). Por meio de algumas políticas redistributivas clientelistas, as elites conquistam a obediência e a submissão da classe trabalhadora, mantendo-a sob a tutela do Estado, em

sindicatos controlados e fazendo-se valer da figura do pelego. O populismo seria, então, uma resposta conservadora à possibilidade de que as massas fossem “contaminadas” pelo espírito e a práxis revolucionários. “Façamos a revolução antes que o povo a faça”, frase de Antonio Carlos citada por Francisco Weffort (WEFFORT, 2003), e que sintetiza a relação das classes dominantes com as dominadas durante todo o período de 1930 a 1964. O fenômeno surge, ainda, no contexto de forte expansão industrial, que se acelera com a Segunda Guerra, e do embate travado para quebrar o domínio dos interesses exportadores industriais, vinculados ao campo.

Ao se estruturar fortemente na figura de um líder carismático, que se comunica diretamente com as massas, por meio de grandes comícios ou dos recursos que a indústria cultural começava a disponibilizar, também aparece na literatura especializada uma forte relação do populismo com os estudos dos chamados bonapartismo ou cesarismo.

Igual a seus precursores, os `césares` latino-americanos proclamaram uma ideologia de solidariedade nacional, por cima dos interesses partidários e de setor, pondo em relevo o vínculo místico peculiar que os unia às massas, por oposição aos grandes e poderosos estabelecidos e privilegiados (WORSLEY, 1973, p. 55).

Não se dirigiam às classes, mas ao homem comum, à gente simples, aos “descamisados”, como preferiam Perón e, na virada dos anos 80 para os 90, Collor. Nas primeiras décadas do século 20, o populismo representava um Estado forte e personalista, cimentado por uma legislação social e uma liderança carismática, cujo principal objetivo era combater o perigo do comunismo no continente.

O populismo surge, portanto, quando há uma massificação de amplas camadas da sociedade que desvincula os indivíduos de seus quadros sociais de origem e os reúne na massa, relacionados entre si por uma sociabilidade periférica e mecânica; quando há uma perda da representatividade e da exemplaridade da classe dirigente, processo conduzido por um líder dotado de carisma de massas (WEFFORT, 2003).

Ao também refletir sobre as trajetórias de Vargas e Perón, Boris Fausto (2004) enfatiza que a análise comparada de fenômenos históricos como o populismo não se esgota na interpretação das grandes linhas, mas se torna mais esclarecedora com os recursos da micro-história. Faz, então, um paralelo de vida entre os dois líderes, que podem explicar diferenças em seus governos. Vargas era de família tradicional do Rio Grande do Sul e absolutamente imersa nas lutas políticas locais. Uma vez no poder, para não melindrar os grandes proprietários rurais (que mais tarde seriam representados pelo PSD, partido criado por Vargas com o fim do Estado Novo) e devido ao fato de os trabalhadores rurais serem pouco organizados, nada de sua ampla legislação trabalhista beneficiou a gente do campo, que acabou migrando para as cidades e se tornando mão-de-obra barata da indústria, em franca expansão.

Perón era de classe média urbana (mas estendeu benefícios aos trabalhadores rurais), filho de um servidor público com mãe interiorana de origem bastante humilde. Ingressou nas Forças Armadas e ao Exército permaneceu ligado para sempre. Primeiramente, o Colégio Militar, que para ele representou uma possibilidade de ascensão social (as Forças Armadas são, ainda

hoje, mais elitistas na Argentina que no Brasil; naquele país, ter um filho oficial do Exército dá o mesmo status que ter um filho diplomata, por exemplo). Posteriormente, o Exército significou a Perón uma possibilidade de escalada de poder.

Getúlio bebeu o caldo positivista dos republicanos gaúchos, a que alguns atribuem suas inclinações autoritárias e a outorga de direitos aos trabalhadores urbanos. Quanto a Perón, tem-se identificado a influência da formação militar, em sua concepção de atividade política, com a ênfase posta na dialética amigo-inimigo, na noção peculiar de acumulação de forças e na ideia de organização (FAUSTO, 2004, p. 14).

Os estudos sobre o populismo no Brasil

Abordagem estrutural e teoria da modernização. Durante muitos anos, a análise do populismo no Brasil ficou restrita a essas duas perspectivas analíticas (CERVI, 2001). Segundo a abordagem estrutural, predominante nos anos 50 e 60, o populismo era considerado um desvio de rota em seu caminho natural em direção ao socialismo. O desvio teria acontecido no processo de transformação da sociedade tradicional em moderna, a partir dos anos 30, com a forte industrialização e urbanização das cidades. Uma grande massa migra do campo para as cidades e, embora desmobilizada e com atuação individualista, pode-se tornar um risco potencial se começar a pressionar por participação política e social, caso arregimentada pelos sindicatos. A saída: criar um sistema baseado em uma barganha. O Estado proporcionaria algumas medidas redistributivas e a absorção dessa força de trabalho pela indústria em forte expansão, em troca da obediência e submissão da massa, que permaneceria sob forte tutela, com sindicatos controlados. Sai a lógica da luta de classes, entra a do pacto nacional entre trabalhadores e burguesia industrial, sob o comando férreo do Estado.

O brasileiro saído da sociedade rural seria excessivamente individualista, analisavam pensadores como Gino Germani, Torcuato di Tella e Octavio Ianni, todos grandes expoentes da chamada “teoria da modernização”. Mesmo após terem se mudado para as cidades, onde os sindicatos eram fortes e havia uma maior tradição classista, o homem do campo teria mantido o individualismo como traço mais marcante de sua personalidade, tornando-se vulnerável às práticas clientelistas e às relações personalistas que caracterizavam o populismo. A origem rural dos trabalhadores naquele contexto de transição de sociedade de economia tradicional com participação política restrita para sociedade de economia moderna com ampla participação política faria com que esses trabalhadores cultivassem com o Estado uma relação individualizada, personalista e, sobretudo, de dependência. O populismo seria consequência de tudo isso.

Por um lado, há o surgimento de populações recém-chegadas do mundo rural que não dispõem de condições psicossociais ou horizonte cultural para um adequado comportamento urbano e democrático, por outro, a sociedade carece de instituições públicas sólidas, a exemplo de um sistema partidário (IANNI, 1991).

De meados dos anos 60, mas, sobretudo, nos anos 70 e 80, ganha fôlego uma interpretação sobre o populismo apresentada por talvez o seu mais importante estudioso brasileiro: Francisco Weffort, então professor do Departamento de Ciência Política da Faculdade

de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Ao invés da ênfase nas características individualistas dos segmentos rurais, ganham destaque na análise a opressão e manipulação por parte do Estado.

Do lado dos dominantes, o populismo seria um arranjo entre seus quadros, certa coalizão entre oligarcas rurais e uma nova burguesia industrial cujo poder econômico crescia vigorosamente. Do lado dos dominados, o populismo se revela pela combinação da repressão estatal, manipulação política e satisfação de algumas demandas dos assalariados. Há, assim, um distanciamento das explicações estruturais e da teoria do desenvolvimento. Porém, a transformação da sociedade tradicional em sociedade moderna ainda desempenha papel central na análise. O populismo seria, para Weffort, “produto de um longo período de transformação da sociedade brasileira, instaurado a partir da Revolução de 1930, e que se manifesta de uma dupla forma: como estilo de governo e como política de massas” (CERVI, 2001). É nesse diapasão que Weffort apresenta o conceito de “Estado de compromisso”, que, embora tenha como essência a manipulação, apresenta uma via de mão dupla: uma forma de controle e tutela do Estado sobre as massas, mas também uma forma de atendimento de algumas de suas demandas. “É interessante observar que Weffort chega mesmo a sugerir a substituição de manipulação por aliança, como categoria mais precisa para o que deseja situar” (GOMES, 2001, p. 34, citada por CERVI, 2001).

Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto apontam que a principal característica no período de transição na América Latina tenha sido a emergência, no sistema de dominação, de uma burguesia industrial e de uma classe média urbana. Nos países exportadores cuja economia era controlada por grupos nacionais que conseguiram formar uma indústria importante antes da crise do comércio exterior, constituiu-se mais firmemente um caráter liberal, ou seja, mais estruturado no dinamismo da iniciativa privada. Na situação que eles denominam de “enclave”, foi “o `dirigismo´ estatal que expressou a maneira pela qual os grupos não diretamente vinculados ao sistema exportador-importador criaram sua base econômica urbano-industrial” (CARDOSO; FALETTO, 2004, p. 121).

Há, em consequência, uma ampla divisão social do trabalho, o que engendra um proletariado e multiplica o setor popular urbano não-operário da população. Como a capacidade de absorção desses crescentes contingentes pelas indústrias que se expandiam não era suficiente, formaram-se na América Latina as sociedades urbanas de massa, “baseadas em economias insuficientemente industrializadas” (CARDOSO; FALETTO, 2004, p. 122).

A crítica dos historiadores

Nos anos 90, um amplo debate conduzido fundamentalmente por historiadores coloca em xeque as análises realizadas desde os anos 50 sobre o populismo. Fundamentalmente, criticam:

- as análises feitas pelos adeptos da teoria do desenvolvimento, pelos estruturalistas e por Francisco Weffort;
- a concepção de massa amorfa, dominada, manipulada e submissa em todo o processo político que se travava (na verdade, resultado de uma visão elitista; lembremos que esta crítica já estava presente na análise de Adorno e Horkheimer sobre Gustave Le Bon; veja verbete massa neste mesmo site), embora reconheçam uma relação de forças desigual entre os atores envolvidos;
- o fato de o conceito de populismo combinar múltiplos elementos, o que torna absolutamente inviável a sua precisa aplicação analítica (tornou-se um balaio de gatos que tenta explicar tudo, mas de fato não explica nada);
- os ataques ao populismo realizados atualmente pelo que chamam de neoliberais, porque não miram o suposto caráter autoritário do fenômeno, mas as conquistas sociais obtidas pelas classes trabalhadoras durante os governos classificados como populistas (Vargas, por exemplo, segundo eles, é criticado pelos neoliberais menos pela ditadura do Estado Novo e mais porque durante o seu governo foi aprovada a CLT).

Gomes (2001) procura concentrar-se na análise do populismo brasileiro, deixando de lado as experiências russa e norte-americana do século 19, porque ocorridas em outras realidades históricas, ou mesmo as outras experiências latino-americanas. “Se o conceito ainda vem sendo utilizado e defendido na academia como de valor, vem igualmente sendo sistemática e fortemente criticado, e mesmo abandonado, por integrantes da mesma academia” (GOMES, 2001, p. 20).

Se, por um lado, o conceito está sob intenso ataque na academia, sua aceitação no universo do senso comum/meios de comunicação de massa parece inabalável. Atua no sentido de estigmatizar a um só tempo os políticos e a política no Brasil. Nesse universo,

[...] são populistas os políticos que enganam o povo com promessas nunca cumpridas ou, pior ainda, os que articulam retórica fácil com falta de caráter em nome de interesses pessoais. É o populismo, afinal, que demonstra como ‘o povo não sabe votar’ ou, em versão mais otimista, ‘ainda não aprendeu a votar’. Daí decorre uma série de desdobramentos lamentáveis que, no limite e paradoxalmente, podem justificar a supressão do voto em nome da ‘boa política’ (GOMES, 2001, p. 21).

Em sua historiografia sobre o populismo, Gomes critica a concepção de populismo como política de manipulação das massas, porque ela pressupõe um poder forte e ativo, enquanto a massa é fraca e passiva, por não estar constituída como classe.

As massas ou os setores populares, não sendo concebidos como atores/sujeito nesta relação política, mas sim como destinatários/objeto a que se remetem as formulações e políticas populistas, só poderiam ser manipulados ou cooptados

(caso das lideranças), o que significa precipuamente, senão literalmente, enganados ou ao menos desviados de uma opção consciente (GOMES, 2001, p. 35).

Ainda seguindo esta linha de raciocínio, com a redemocratização do país, em 1945, há um aprofundamento das políticas populistas que fazem com que o Estado desordene ainda mais o movimento operário. A tensão da formulação de Weffort, na análise de Gomes, explicita-se quando o autor manifesta a importância de se saber até que ponto as massas tiveram efetivamente as suas demandas e reivindicações atendidas ou se apenas desempenhavam o papel de ajuntamento amorfo, submisso, passivo, manipulável e dócil. A solução encontrada por Weffort, assinala Gomes, é apontar uma espécie de evolução do populismo. Na origem, uma relação de completa dependência das massas populares. O reconhecimento da cidadania das massas por meio da implementação de diversos direitos sociais começaria a mudar essa situação de completa submissão.

A lógica de Weffort é estratégica para explicar a crise dos anos 60 que redundou no golpe militar de 1964. A manipulação das massas entra em crise e elas passam a se mobilizar claramente dentro da lógica da luta de classes, apresentando fortes demandas e reivindicações, justamente quando o modelo urbano-industrial começa a demonstrar sinais de esgotamento em sua capacidade de incorporar novos migrantes e esgota-se a capacidade do Estado de promover as políticas redistributivas que estavam em andamento, particularmente nos dois governos Vargas.

A questão, voltando mais estritamente ao pensamento de Weffort, mas não ficando a ele reduzida, era a do diagnóstico da incompatibilidade entre transformações econômicas e mobilização social, de um lado, e manutenção institucional da democracia, de outro. Esta tensão, representada como imanejável politicamente, só permitiria alternativas radicais, quer pela realização "na marra" das reformas, quer por sua supressão, bem como a da mobilização popular" (GOMES, 2001, p. 37-38).

A encruzilhada em que nos metemos apontava para dois únicos caminhos possíveis: a radicalização à esquerda ou a radicalização à direita. Venceu a segunda possibilidade.

O cientista político Régis de Castro Andrade, na virada dos anos 70 para o início dos 80, escreveu um artigo em que se contrapõe às análises de Octavio Ianni e Francisco Weffort. Ao mesmo tempo em que critica as considerações realizadas pela teoria do desenvolvimento e as teorias que colocavam excessivo peso na transformação da sociedade tradicional em sociedade moderna, com êxodo maciço da população rural para as cidades, que é absorvida como mão-de-obra no capitalismo industrial, porém sem a consciência de classe dos operários de longa data, refuta também a argumentação que ia na direção do estado de compromisso/estado de massas. Andrade defende a tese de que:

Inaugurou-se no Brasil uma forma de supremacia burguesa por meio do controle de poderosos órgãos do poder executivo e de seus ministérios. Quanto ao pacto entre Estado e massas populares, reconhecido por meio da legislação trabalhista, é reafirmado o controle das massas, mas é questionada a ideia que "reduziria" o populismo a um modelo de manipulação resultante de conflitos intralites. [...] o próprio controle populista necessitaria de um espaço de livre expressão das

massas, para então transformar suas demandas em doações, apropriando-se, com antecedência, de qualquer projeto autônomo alternativo. [...] a manipulação (que não é descartada) jamais era completa, havendo momentos de mobilização progressistas e conservadores (GOMES, 2001, p. 41).

Entre os anos 40 e 60, os movimentos populares assumem um caráter ambíguo: ora se fortalecem, ora conservam a crença em um Estado benevolente.

Em “A invenção do trabalhismo”, Ângela de Castro Gomes refuta a ideia de que a Revolução de 30 tenha, a um só tempo, contribuído para fornecer um caráter heroico e alienado à classe trabalhadora. Essas características normalmente são associadas ao movimento porque, primeiramente, há uma mudança de perfil no operariado urbano. Os imigrantes estrangeiros, politizados e organizados, dão lugar aos migrantes oriundos da zona rural, desqualificados, individualistas e sem tradições políticas. Além disso, o Estado atua de forma deliberada para desorganizar a classe trabalhadora e mudar o foco das tensões de classe para o da conciliação, sob sua forte tutela. Na verdade, segundo Gomes, não há uma ruptura ou um desvio da sequência lógica que rege a organização dos trabalhadores, isso porque “não há um modelo prévio de percurso a ser seguido e muito menos um resultado modelar a ser alcançado. Tais formulações implicavam considerar uma classe trabalhadora diversificada e afastada de purismos ideológicos, e uma ação estatal como variável de interlocução” (GOMES, 2001, p. 46). A historiadora conclui que a classe trabalhadora desempenha um papel de sujeito político no país de 1930 a 1964, “um papel de sujeito que realiza escolhas segundo o horizonte de um campo de possibilidades” (GOMES, 2001, p. 46). O fato de estar fortemente estruturado na questão da manipulação dificulta, fortemente, a aplicação do conceito de populismo para explicar um fenômeno que conta, sim, com a participação política da classe trabalhadora como agente capaz de apresentar demandas e reivindicações, mesmo que muitas vezes a correção de forças lhe fosse desfavorável. Isso fica ainda mais difícil porque o populismo implica “a própria negação do estatuto de classe” (GOMES, 2001, p. 46), algo que não se realiza, de acordo com a análise da historiadora.

Ao atribuir um papel político ativo aos trabalhadores, Ângela de Castro Gomes supera a dicotomia existente entre autonomia versus heteronomia de classe, representação versus cooptação. Como, portanto, o conceito de populismo não dá conta de explicar as relações vigentes no período histórico estudado, um conceito mais preciso e apropriado é, para ela, o de trabalhismo. O que há, de fato, é um:

pacto trabalhista para pensar as relações construídas entre Estado e classe trabalhadora, escolhendo como momento estratégico de sua montagem os anos do Estado Novo. A ideia do pacto procura enfatizar a relação entre atores desiguais, mas onde não há um Estado todo-poderoso nem uma classe passiva porque fraca numérica e politicamente (GOMES, 2001, p. 47).

Gomes procura enfrentar a interpretação predominante de que o período é marcado fortemente por um cálculo utilitarista, em que os trabalhadores pagam com a subserviência os direitos sociais implementados pelo Estado. Ao contrário, a implantação desses direitos sociais

seria resultado de demandas e reivindicações há tempos apresentadas pelas massas no processo de lutas que se travavam desde antes a Revolução de 30.

O historiador Jorge Ferreira (2001) afirma que o termo populista nem sempre recebeu uma conotação pejorativa. No início do século 20, o populista era aquele que se aproximava do povo, que ouvia atentamente os seus anseios e as suas aflições, que devotava a sua atuação política a atender seus anseios e reivindicações. No entanto, quando começam a triunfar eleitoralmente contra liberais e conservadores, o conceito passa a ter uma carga negativa. Capelato (2001) mostra que o populismo desempenhou um papel fundamental como resistência ao comunismo. Combinando Estado forte, liderança carismática e governo personalista com uma legislação social redistributiva, controlava, então, o risco de sucesso do comunismo no continente. Com o risco do comunismo afastado, essas lideranças carismáticas passaram a concorrer com os interesses da burguesia e das oligarquias estabelecidas, o que contribuiu para que a palavra populismo ganhasse um significado pejorativo.

Cervi (2001, p. 152) relembra uma frase transcrita por Francisco Weffort (1989) e atribuída a um parlamentar da UDN, que, ao lamentar os resultados da eleição de 1945, dá os seguintes conselhos a um colega parlamentar: “Evite por todos os meios obrigar o povo a refletir. A reflexão é um trabalho penoso a que o povo não está habituado. Dê-lhe sempre razão. Prometa-lhe tudo o que ele pede e abrace-o quanto puder” (WEFFORT, 1989, p. 24).

A demagogia e a emoção, frutos de uma relação absolutamente desigual, sem a menor possibilidade de interlocução, sempre foram aspectos bastante destacados tanto por políticos de esquerda quanto de direita para descrever a situação em que de um lado havia uma massa desorganizada e uma classe trabalhadora “débil” e de outro um Estado que, “armado de eficientes mecanismos repressivos e persuasivos, seria capaz de manipular, cooptar e corromper (FERREIRA, 2001, p. 62). O resultado disso, defende o autor, é a cristalização de uma tendência em sempre culpar o Estado e vitimar a sociedade.

A historiadora Maria Helena Capelato analisa de que forma os regimes denominados populistas baseados na intervenção do Estado e no controle social podem ser considerados democráticos, porque atendem aos interesses populares, ou autoritários, porque desenvolvem mecanismos de controle da classe trabalhadora. Nos últimos tempos:

usado como arma de luta a favor do neoliberalismo, o ataque ao populismo contribuiu para a construção de imaginários políticos que serviam aos interesses de novos grupos de poder. O populismo tornou-se símbolo das forças responsáveis pelo atraso, contrastando com a modernização apregoada pelos defensores de uma concepção de Estado de caráter neoliberal. Nessa luta de imagens, os opositores do chamado neoliberalismo tendem a recuperar o populismo como experiência positiva, genuinamente democrática e popular (CAPELATO, 2001, p. 141).

Capelato analisa o cardenismo e o peronismo, para mostrar que, embora ambos sejam habitualmente apresentados como exemplos prototípicos do populismo, tinham origens e operacionalizações bastante diferentes entre si. Debruça-se particularmente sobre a relação do cardenismo e do peronismo com as classes trabalhadoras. Conclui ser perigosa e insuficiente a

aplicação de conceitos generalizantes para análise de fenômenos que não se desenvolvem da mesma maneira. Segundo a historiadora, é preciso considerar:

[...] os antecedentes históricos de cada um dos regimes; as reivindicações anteriores feitas pelos setores populares, seus anseios e necessidades; a identificação de correntes políticas diversas existentes entre os trabalhadores, bem como os conflitos entre os diferentes grupos, movimentos e lideranças que os representavam; a amplitude dos conflitos sociais e políticos vividos na sociedade da época; a situação econômica do período; os objetivos e possibilidades de reformas levadas a cabo pelos governos reformistas e os obstáculos enfrentados para sua concretização; as diferentes conjunturas externas e internas que se sucederam na vigência desses governos; as alianças realizadas pelos líderes em diferentes momentos; a natureza da relação que conseguem estabelecer com os liderados (CAPELATO, 2001, p. 163).

Para Capelato, os estudos mais recentes sobre os regimes normalmente classificados como populistas na América Latina permitem identificar, no entanto, um traço comum a todos: um papel fortemente interventor do Estado nas relações sociais. O que implica o atendimento de:

[...] reivindicações de natureza social (melhoria salarial, legislação trabalhista, reforma agrária – no caso mexicano), política (referência a uma cidadania baseada no reconhecimento do trabalhador como sujeito da história) e subjetiva (resposta aos anseios de dignidade do trabalhador, até então desprezado por governantes e setores dominantes) (CAPELATO, 2001, p. 164).

A questão central, no entanto, é que os governantes de hoje, quando propõem o ataque ao populismo ou atribuem essa característica a adversários, como se fosse um xingamento, miram não os seus aspectos autoritários, mas as conquistas sociais registradas no período, associando quase sempre essas políticas públicas a irresponsabilidades de natureza fiscal e ineficiência administrativa. Como se dos três direitos fundamentais que estruturam a cidadania (direitos políticos, civis e sociais), os últimos fossem irrelevantes, uma vez que, de acordo com essa visão, democracia restringir-se-ia a eleições e reeleições. Preocupados com a “modernização”, que significa possibilidade de competição na economia globalizada, relegam os problemas sociais a um plano secundário. Note que este raciocínio pressupõe uma relação direta entre intervenção estatal e populismo e induz também à formação de um aliança entre populismo e nacionalismo, esquemas conceituais que não seriam adequados para analisar os governos Collor, no Brasil, Menem, na Argentina, e Fujimori, no Peru, os três de caráter populista, porém fortemente liberalizantes.

O historiador Jorge Ferreira segue a linha de Ângela de Castro Gomes na crítica àquelas análises que restringiram a atuação das classes trabalhadoras de 1930 a 1964 a uma posição de subserviência, incapacidade de auto-organização e de constituição como classe. Atuação que fundamentalmente teria se reduzido a trocar alguns benefícios sociais pela total obediência ao governo, especialmente quando tratamos dos governos Vargas de 1930 a 1945 e de 1950 a 1954, ano de seu suicídio.

As razões para esse comportamento “gelatinoso” dos trabalhadores seriam diversas, nas análises tradicionais sobre o populismo no Brasil, prossegue Ferreira:

- contingente oriundo do meio rural, sem experiência sindical, de luta ou de organização em sindicatos;

- perseguição da ditadura Vargas às lideranças operárias mais combativas;
- ostensiva propaganda do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) para manipular as massas;
- dada a precariedade das condições materiais daqueles que chegavam da zona rural às cidades, predisposição para a aceitação de alguns benefícios sociais em troca de total submissão ao ditador;
- em 1945, com a redemocratização, quando tudo poderia mudar, uma férrea legislação corporativista, a tutela dos sindicatos e a proliferação de pelegos teriam aprofundado essa relação de cooptação e subordinação.

Tanto liberais quanto autoritários, simpatizantes da direita ou da esquerda, caíram neste esquema errôneo de interpretação, pontifica Ferreira. “A interpretação ainda foi reforçada por um certo tipo de marxismo que defendia um modelo de classe trabalhadora, uma determinada consciência que lhe correspondia e um caminho único e, portanto, verdadeiro, a ser seguido” (FERREIRA, 2001, p. 62). O historiador recorre a uma linha de pensamento apresentada por José Murilo de Carvalho, em “Os bestializados”, para criticar as classificações hegemônicas do populismo. A noção de cidadania seria, de fato, inviabilizada por uma postura antiestatal. Como o povo é considerado uma maçaroca amorfa e débil, adota-se uma postura paternalista em relação a ele, até porque seria uma vítima impotente das “maquinações” do Estado ou dos grupos dominantes. Isso bestializaria o povo, culpabilizaria o Estado e tornaria a sociedade uma eterna vítima. Ferreira reconstrói a história do populismo no Brasil, porém afirmando categoricamente que não considera o período de 1930 a 1964 como populista.

O historiador cita Weffort para mostrar que essa tensão entre classe trabalhadora e Estado era bem mais complexa do que as análises anteriores sobre o populismo fariam supor e que, sim, houve interlocução entre Estado e classe trabalhadora. Weffort fora um crítico da leitura liberal de que o populismo se explicava pela atuação de um líder manipulador e demagogo que se impunha à ignorância e irracionalidade das massas:

[...] o populismo foi, sem dúvida, manipulação de massas, mas a manipulação nunca foi absoluta. Se o fosse, estaríamos obrigados a aceitar a visão liberal elitista, que, em última instância, vê no populismo uma espécie de aberração da história alimentada pela emocionalidade das massas e pela falta de princípios dos líderes. Se o populismo foi manipulação, também foi um modo de expressão de suas insatisfações (FERREIRA, 2001, p. 77).

Mais adiante, outra contribuição de Weffort: “Grupo burguês algum é capaz, por si próprio, de inventar um político de massas. As condições de existência das massas têm também seu papel nesta invenção” (WEFFORT citado por FERREIRA, 2001, p. 78). Ferreira adverte, no entanto, que mesmo nos escritos de Weffort, em outras passagens, a leitura tradicional manipulação x massa de manobra está presente. Ainda nos anos 80, uma premissa formulada por Weffort, aponta Ferreira, era francamente utilizada pelos intelectuais que se dedicavam a estudar o populismo: a de que “o populismo impôs-se pela conjugação da repressão estatal com a manipulação política, embora a chave de seu sucesso tenha sido a satisfação de algumas demandas dos assalariados” (FERREIRA, 2001, p. 83). A trinca explicativa repressão-manipulação-satisfação continuou sendo fartamente utilizada. Logo, por influência do pensamento

gramsciano, derivada para o dueto explicativo repressão-persuasão. Rebate o historiador Jorge Ferreira:

Como defendi em trabalho anterior, o “mito” Vargas não foi criado simplesmente na esteira da vasta propaganda política, ideológica e doutrinária veiculada pelo Estado. Não há propaganda, por mais elaborada, sofisticada e massificante, que sustente uma personalidade pública por tantas décadas sem realizações que beneficiem, em termos materiais e simbólicos, o cotidiano da sociedade. O “mito” Vargas expressava um conjunto de experiências que [...] alterou a vida dos trabalhadores (FERREIRA, 2001, p. 88).

Algo semelhante já havia sido elaborado por Adorno e Horkheimer quando analisavam a relação do líder carismático com a massa.

Foi, em certa medida, com a história cultural e, particularmente, com a produção do intelectual inglês E. P. Thompson sobre o processo de formação da classe trabalhadora que a perspectiva analítica que considera a classe trabalhadora como submissa, desorganizada e obediente começa a ser mais fortemente questionada, embora, de fato, tanto Thompson como os historiadores culturais tenham se restringido a estudar a classe trabalhadora no período anterior à Revolução de 30.

Por fim, Ferreira argumenta que, embora o Estado tenha atuado, especialmente a partir de 1942, para configurar uma identidade coletiva da classe trabalhadora (o que se manifesta por meio de seu projeto trabalhista), os assalariados sempre sofrem as influências dos “contextos sociais, políticos e ideológicos em que vivem”. Trata-se de uma relação em que as partes, Estado e classe trabalhadora, identificaram interesses comuns. “No trabalhismo, estavam presentes ideias, crenças, valores e códigos comportamentais que circulavam entre os próprios trabalhadores muito antes de 1930” (FERREIRA, 2001, p. 103). O trabalhismo, portanto, não foi bem-sucedido de forma arbitrária e “muito menos imposto pela propaganda política e pela máquina policial”. Fazia parte do patrimônio simbólico presente na cultura política popular. “Assim, Lucília de Almeida Neves e Maria Celina D’Araújo, cada uma à sua maneira, demonstraram que o trabalhismo não se reduziu à mera manipulação política, e que o PTB, igualmente, não se resumiu a um ‘partido de pelegos’” (FERREIRA, 2001, p. 109). Ferreira arremata elencando quais seriam, em sua análise, os elementos fundamentais do neopopulismo que surge na América Latina após a queda dos regimes ditatoriais e com a restauração da democracia: “Personalização e autonomia do poder executivo, conciliação de classes e ideal de nação, eis os ingredientes do populismo de terceira geração, agora rebatizado de neopopulismo” (FERREIRA, 2001, p. 122).

O neopopulismo

Na virada dos anos 1980 para os 1990, o ressurgimento do populismo é batizado de neopopulismo. O neopopulismo estrutura-se fundamentalmente na persuasão das massas por uma liderança carismática.

A opressão dá lugar ao convencimento, uma vez que se trata de sociedades democráticas [...] a cultura política personalista e a incapacidade das elites em atender demandas sociais [...] têm recriado as condições sociais necessárias para os fenômenos neopopulistas, em uma espécie de movimento pendular da história [...]. O neopopulismo tem se legitimado pela descrença que atinge as massas; ele se beneficia da `fadiga cívica` frente ao Estado, aos partidos políticos e às lideranças tradicionais; acaba beneficiando as lideranças marginais que defendem soluções inovadoras, definindo-se como contrárias ao sistema vigente. É uma forma que as massas encontram para demonstrar a insatisfação com a moderna democracia – portanto, não se trata de massas passivas e manipuláveis, mas agentes da história (CERVI, 2001, p. 154).

A cientista política Gabriela de Oliveira Piquet Carneiro apresentou em 2009, em sua tese de doutorado, um estudo sobre o apoio político em seis países da América Latina (Argentina, Bolívia, Brasil, Equador, México e Venezuela), considerando o período de 1996 a 2004. Com uma forte retórica personalista e carismática, os candidatos vencedores evidenciam, segundo alguns autores, a emergência de um neopopulismo na região, que se caracteriza pelo fato de um líder, com forte apelo carismático, estabelecer uma comunicação direta com o eleitorado, sem mediações de partidos, instituições republicanas ou organismos da sociedade civil, para buscar seu apoio político. Carneiro investiga a oferta de políticas neopopulistas na região, se há demanda por essas políticas por parte dos eleitores e se o neopopulismo é, de fato, a maior força política contemporânea.

Para esta dissertação, o que nos interessa no trabalho de Carneiro não é o enquadramento ou não no figurino populista dos líderes políticos dos países mencionados. Mas os elementos que caracterizam o neopopulismo. “O populismo é uma forma de fazer política associada ao emprego de um discurso característico, que recorre a determinadas estratégias de mobilização e organização com vistas a atingir clientelas e eleitores” (CARNEIRO, 2009, p. 8). Carneiro lembra que há um grande debate cuja principal reflexão é concluir se o conceito de populismo ainda é robusto o suficiente para explicar os fenômenos atuais. Os críticos ao conceito normalmente estão presos às definições desenhadas dos anos 30 aos 70. Como elas não são mais aplicáveis aos dias de hoje, defendem abandonar o conceito. Já os defensores entendem que o conceito de populismo se atualizou, não engloba mais as características que o identificavam no passado (passagem da sociedade rural para industrializada, grande êxodo para as cidades, urbanização acelerada, migrantes sem tradição de lutas nem de autoidentificação como uma classe, massas desorganizadas, regimes muitas vezes autoritários, tensão entre a oligarquia rural decadente e a nova burguesia industrial, etc.).

A partir de meados dos anos 80, os países latino-americanos, entre eles os analisados por Carneiro, adotam o regime democrático. O comunismo deixou de ser uma “ameaça”, os sindicatos perderam enormemente o seu peso político em função da globalização e da reestruturação produtiva. As oligarquias rurais não apenas deixaram de estar em tensão com a burguesia industrial, como foram substituídas pelo agronegócio, muitas vezes operado por conglomerados multinacionais. No caso do Brasil, especificamente, 80% da população tornou-se urbana (Brasil em Síntese, IBGE, 2006) e o nosso país é industrializado há décadas.

Lula não foi considerado neopopulista na análise de Carneiro, porque, embora sempre tenha sido uma liderança carismática, é um quadro de um partido consistente e, no período analisado, sua relação com o eleitorado parecia fortemente mediada pelo partido e pelas instituições republicanas. Além disso, o eleitorado tradicional do PT não se encaixava de forma alguma no figurino das “massas amorfas, submissas, irracionais e iletradas” sobre as quais a literatura falava nas análises clássicas do populismo. O eleitorado típico do PT, ainda em intersecção com o eleitorado de Lula, era de classe média, urbano, fortemente concentrado nas regiões Sudeste e Sul e com nível de escolaridade pelo menos mediano (note que, na análise de André Singer mostrada adiante, a situação muda de figura; a transformação do eleitor típico de Lula se dá na eleição de 2006, quando os eleitores de Lula e os do PT como partido deixam, em grande medida, de ser coincidentes; o período não foi analisado por Carneiro, que trabalhou com dados até 2004).

Na sua tentativa de definir populismo, Carneiro menciona a dificuldade de uma delimitação precisa do conceito. Cita, inclusive, uma frase do pensador britânico Isaiah Berlin, lembrada em artigo de Boris Fausto, segundo a qual o fenômeno populista assemelha-se a um “complexo de Cinderela”: o calçado existe, a palavra populismo, embora sempre seja difícil encontrar um pé para calçá-lo. Uma vertente econômica contemporânea costuma associar o populismo com “indisciplina fiscal e expansão de política redistributiva em resposta à pressão popular” (CARNEIRO, 2009, p. 11). De acordo com os defensores desta visão, como os países incorporaram a austeridade econômica e as restrições orçamentárias propaladas pelo Consenso de Washington, seria incorreto considerar a existência do populismo na atualidade. Já a segunda vertente, política, define o populismo como sendo a atuação direta de um líder personalista e carismático, em relação ao eleitorado, sem a mediação tradicional de partidos políticos e seus projetos políticos (aos quais se sobrepõe), instituições republicanas democráticas ou outros organismos representativos da sociedade civil. Trata-se do líder em ligação direta com a sua clientela. “Para esta literatura, o populismo é um fenômeno que ocorre, principalmente, em contextos marcados pela fragilidade das instituições representativas – onde há predominância de um sistema incipiente e pouco estruturado” (CARNEIRO, 2009, p. 11). Esta última definição, mais abrangente e, portanto, mais adequada para abarcar diversos fenômenos populistas ao longo da história, foi adotada por Carneiro para estudar o neopopulismo na América Latina: a do líder personalista e carismático, em ligação direta com seus eleitores, sem as mediações dos partidos e das instituições. Os neopopulistas, ainda segundo ela, além do forte apelo carismático, sustentam um discurso antipolítico e polarizador, buscam o apoio de clientelas específicas, por meio de práticas chamadas de paternalistas, e recorrem a uma estrutura de mobilização vertical para chegar ao poder.

Líderes populistas constantemente utilizam a retórica de outros movimentos de maior consistência ideológica. Em sua trajetória recorreram ao socialismo [notas minhas: Hugo Chávez, Evo Morales e Rafael Correa], ao nacionalismo [nota minha: o casal Kirchner], ou até mesmo ao liberalismo [notas minhas: Fernando Collor, Alberto Fujimori e Carlos Menem]. O populismo não é, portanto, uma força

isolada na política, associa-se a outros grupos e a diferentes ideologias para sobreviver [...] Sejam de esquerda ou de direita, os populistas quase sempre se apresentam como homens do povo, prometem regenerar a nação, combater os interesses dos grupos privilegiados e acabar com as instituições corruptas – temas recorrentes em seus slogans (CARNEIRO, 2009, p. 13 e p. 51).

Para o historiador Boris Fausto, a presença de um líder carismático e as práticas autoritárias são o que unem o neopopulismo ao velho populismo. A base de sustentação predominantemente urbana também seria outro ponto de intersecção. Porém, os contextos socioeconômicos são diversos. Dos anos 40 aos 60, vivíamos sob a égide do Estado desenvolvimentista, voltado especialmente para dentro. Era marcante, também, na análise do historiador, a aliança entre burguesia industrial e classe trabalhadora, sob a tutela do Estado, que atuava para neutralizar a lógica da luta de classes e estabelecer uma espécie de pacto social. No contexto da redemocratização dos países sul-americanos a partir de meados dos anos 80, o cenário vigente é o da globalização e o da redefinição do papel do Estado. A base de sustentação do neopopulismo passa a ser a massa de trabalhadores informais e marginalizados, justamente aqueles que mais impactos sofreram da revolução produtiva.

Como o regime democrático não resolveu esses problemas – e era ilusão pensar que pudesse resolvê-los por simples decorrência de seus princípios –, as fórmulas populistas, apenas adormecidas, vieram à luz, contando com o apoio de populações desiludidas ou credoras de uma dívida histórica (FAUSTO, 2006, p. 3).

Segundo o historiador, a esquerda tende a considerar o neopopulismo como um novo caminho para o socialismo. Análise semelhante faz a direita, que refuta a ideia de neopopulismo, porque este termo disfarçaria, na verdade, uma “ofensiva neocomunista com ramificações muito atuantes”.

Fausto, por fim, discorda da análise que considera o neopopulismo uma onda avassaladora e irresistível na América Latina. Faz uma análise, em suas próprias palavras, otimista. Para comprovar sua tese, mostra alguns dos embates eleitorais realizados recentemente, nos quais os vencedores apresentaram uma retórica bastante distante do neopopulismo. O Chile, que, por meio de sua “concertación”, une socialistas e democratas cristãos eleição após eleição desde o final da ditadura Pinochet; a Colômbia, de Álvaro Uribe, que, por sinal, elegeu recentemente um ex-ministro como seu sucessor; a vitória de Calderón, no México. “Não se trata aqui de endossar simplesmente as figuras antipopulistas, mas todas elas, com seus méritos e defeitos, têm compromisso com a democracia” (FAUSTO, 2006, p. 3).

Cardoso (2006, p. 2), ao refletir sobre as últimas eleições em alguns países da América Latina, parte das análises de Jorge Castañeda, ex-chanceler mexicano, e Kenneth Maxwell, brasileiro britânico. Para o primeiro, há duas esquerdas em evidência no continente: uma, embora com raízes radicais, tornou-se nos últimos tempos aberta e moderna, e deve ser prestigiada na comunidade internacional. Nomina explicitamente nesta categoria Michelelet Brachelet, então presidente do Chile, e Lula, presidente do Brasil. A segunda é fechada e fortemente populista, representa a volta do velho populismo autoritário. Hugo Chávez, Evo Morales e Nestor Kirchner estariam nesta categoria.

Maxwell, por seu turno, faz uma crítica de outra natureza. Para ele, a questão não seria distinguir entre esquerda moderna ou fechada.

O que estaria ocorrendo na América Latina seria uma crise de governabilidade, sem produzir um movimento uniforme na direção da esquerda. Na região há, em cada país, um mosaico de respostas específicas a estruturas políticas decadentes e aos cada vez mais altos níveis de desigualdade e exclusão social (Maxwell citado por CARDOSO, 2006, p. 2).

Ao concordar com Maxwell, Cardoso enfatiza que “é na história das transformações sociais, políticas e econômicas de cada país, bem como nas opções ideológicas escolhidas por seus líderes, que devemos buscar a explicação do que está ocorrendo” (CARDOSO, 2006, p. 2). Após fazer uma breve análise dos governos Brachelet, Tabaré Vasquez, Hugo Chávez, Evo Morales e Néstor Kirchner (“o que há de esquerda no peronismo?”, indaga), conclui:

Não consigo enxergar, nesses casos, uma reviravolta à esquerda na América Latina. Fosse o Chile o exemplo, ou mesmo o Uruguai de Tabaré Vázquez, caberia o qualificativo. O que vejo hoje em alguns países é um antiamericanismo com um retorno gradual ao populismo e, noutros, muita hesitação quanto aos caminhos a serem seguidos. O populismo é uma forma insidiosa de exercício de poder que se define essencialmente por prescindir da mediação das instituições, do Congresso, dos partidos e por se basear na ligação direta do governante com as massas, cimentada na troca de benesses [...] [Trata-se, assim, de um populismo] travestido de esquerdismo (CARDOSO, 2006, p. 2).

Na Europa, o neopopulismo teria uma inclinação mais à direita. O triunfo da terceira via produziu um “ornitorrinco” (FRANCO, 2007, p.2), porque, ao negar o conflito de classes, tentou harmonizar o inconciliável. Passou-se a, segundo a autora, sacralizar o centrismo e o consenso, na tentativa de, a um só tempo, proteger o mercado e reduzir as desigualdades. Os resultados, de acordo com Franco, foram a retração econômica, desemprego, flexibilização das leis trabalhistas e queda na renda. Com as crescentes insatisfações populares, surgiram as oportunidades ideais para os demagogos. O lema da pacificação interna fez, no final das contas, ressurgir a direita na Europa. “O mesmo feixe econômico, sociopolítico e doutrinário desdobra-se no Brasil. Lula quer governar ‘sem oposição’, a esquerda é doença juvenil, o centro é equilibrado. Todos ‘amadureceram’: figuras do regime militar aliam-se a seus opositores, hoje no poder” (FRANCO, 2007, p. 2).

Ao analisar as raízes sociais e ideológicas do lulismo, o cientista político André Singer (SINGER, 2009) mostra como, na eleição de 2006 (e o mesmo raciocínio poderia se estender para a eleição de 2010), a base de sustentação à candidatura Lula mudou de forma expressiva, em comparação com as eleições anteriores que disputou. Se o eleitorado tradicional do Partido dos Trabalhadores (PT) sempre foi a classe média, com maior escolarização e concentrada nas regiões metropolitanas do Sul e do Sudeste (operários com carteira assinada, servidores públicos, professores, estudantes, jornalistas, artistas e intelectuais)¹, em 2006, embora a diferença de votos que o levou à vitória no segundo turno tenha sido basicamente a mesma que registrou

¹ Em 1989, 51% dos eleitores com renda de até dois salários mínimos pretendiam votar em Collor no segundo turno, contra 41% em Lula. Fonte: Ibope (pesquisa nacional realizada entre 13 e 16/12/89).

contra Serra, quatro anos antes, seu eleitorado mudou substancialmente. Passou a se concentrar nos chamados grotões do Norte e do Nordeste e nas áreas extremamente pobres e periféricas das cidades – pessoas de baixa escolaridade, pertencentes aos estratos não de baixa renda, mas de “baixíssima renda” (SINGER, 2009, p. 84)², com vínculos empregatícios absolutamente precários. A classe média, por seu turno, em função das denúncias do mensalão, do caso Franceniildo e do suposto aparelhamento do Estado com militantes, que hipoteticamente teria feito crescer substancialmente o número de servidores públicos, quase nunca pelos critérios da necessidade ou da competência, afastou-se do PT. Os mais moderados engrossaram os votos de Cristovam Buarque ou de Geraldo Alckmin. Os mais esquerdistas optaram por Heloísa Helena.

Para Singer, isso ocorreu porque Lula conseguiu concretizar com sucesso aquilo que Franco chamara de “ornitorrinco”. Ordem e conservadorismo econômico com profunda distribuição de renda e, em número bem menos significativo, redução da desigualdade. “Marx, em ‘O 18 Brumário de Luís Bonaparte’, revela que a projeção de anseios em uma força previamente existente, que deriva da necessidade de ser constituída como ator político desde o alto, é típica de classes que têm dificuldades estruturais para se organizar” (SINGER, 2009, p. 88). De certa forma, análise semelhante fora feita por Octavio Ianni ao refletir sobre as massas oriundas da zona rural que dariam sustentação ao populismo latino-americano dos anos 30, 40 e 50.

O conservadorismo econômico é demonstrado pelo respeito às metas de inflação e de superávit primário, obediência à lei de responsabilidade fiscal, cumprimento de contratos, manutenção do câmbio flutuante, gestão ortodoxa da moeda tendo à frente do Banco Central Henrique Meirelles, que fora anteriormente presidente mundial de um dos maiores conglomerados financeiros do mundo, o Fleet Boston (então dono da marca BankBoston). Por outro lado, segundo Singer, a expressiva distribuição de renda deveu-se, além do forte controle inflacionário, ao aumento significativo dos valores do salário mínimo e dos benefícios da Previdência Social, agressiva expansão do crédito consignado, implantação do programa Luz para Todos e, evidentemente, vigorosa expansão do Bolsa Família. Ações que ajudaram a elevar o padrão de consumo nos estratos mais baixos, engordar a classe média (potente migração das classes D e E para a classe C) e reduzir a pobreza pela metade entre 2002 e 2010.

Lula, então, tornou-se muito maior que o PT³. Por ser um político de forte carisma, passou a se comunicar diretamente com o eleitorado, sem mediações. Por vezes, atacou as outras instituições e organismos basilares da sociedade civil, notadamente o Judiciário e a imprensa. Estabeleceu um vínculo de ferro com as maiores vítimas da desigualdade social e da precarização

² No primeiro turno, Lula tinha 55% da intenção de voto dos eleitores com renda de até dois salários mínimos, contra 28% de Alckmin. No segundo turno, o placar era de 64% a 25% a favor de Lula. Fonte: Ibope. Pesquisas nacionais realizadas entre 28 e 30/9/06 e entre 26 e 28/10/06.

³ A base eleitoral do partido, no pleito de 2002, nas eleições parlamentares, apresentou discreto crescimento em comparação com 1998. Continuou concentrada nas regiões metropolitanas do Sul e do Sudeste e o eleitor típico da legenda continuou sendo de classe média e com maior escolarização.

do trabalho decorrente da revolução produtiva proporcionada pela globalização, mencionada por Boris Fausto. Esvaziou a dimensão ideológica e de confronto de classes.

Ao incorporar tanto pontos de vista conservadores, principalmente o de que a conquista da igualdade não requer um movimento de classe auto-organizado que rompa a ordem capitalista, como progressistas, a saber, o de que um Estado fortalecido tem o dever de proteger os mais pobres, independentemente do desejo do capital, ele achou em símbolos dos anos de 1950 a gramática necessária. A noção antiga de que o conflito entre um Estado popular e elites antipovo se sobrepunha a todos os outros poderá cair como uma luva para o próximo período. Agora enunciada por um nordestino saído das entranhas do subproletariado, ganha uma legitimidade que talvez não tenha tido na boca de estancieiros gaúchos. Por isso, se a hipótese do realinhamento se confirmar, o debate sobre o populismo ressurgirá das camadas pré-sal anteriores a 1964, em que parecia dormir para todo o sempre (SINGER, 2009, p. 102).

Finalizamos lembrando que pesquisa realizada pelo instituto Datafolha, em 21 e 22 de setembro de 2010, revelou que 44% dos eleitores ouvidos votariam, com certeza, em um candidato apontado por Lula. A candidata do PT à presidência, Dilma Roussef, desconhecida do grande eleitorado até meados de 2009, obteve 47% dos votos válidos no primeiro turno da eleição de 2010 e 56% dos votos válidos no segundo turno, sagrando-se a primeira mulher eleita presidente do Brasil. Possa ou não ser classificado como neopopulismo, olhando pelo prisma desse nosso momento histórico, parece inequívoco concluir que o lulismo colocou-se em marcha.

Bibliografia

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. (1973). **Temas básicos da sociologia**. São Paulo: Edusp/Cultrix, p. 78-92.

BOBBIO, Norberto; PASQUINO, Gianfranco; MATTEUCCI, Nicola. (2007). **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, p. 980-986.

CAPELATO, Maria Helena. (2001). **Populismo latino-americano em discussão**. In: FERREIRA, Jorge. (org.). *O populismo e sua história – debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 125-165.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. (2004). **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 119-146.

CARDOSO, Fernando Henrique. (2006). **Esquerda e populismo na América Latina**. O Estado de S. Paulo, São Paulo, Espaço Aberto, 4 jun. 2006, p. 2.

CARNEIRO, Gabriela de Oliveira Piquet. (2009). **A nova maioria: determinantes do apoio político ao neopopulismo na América Latina**. São Paulo: tese de doutoramento apresentada na FFLCH.

CERVI, Emerson Urizzi. (2001). **As sete vidas do populismo**. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, nº 17, nov. 2001, p. 151-156.

CHAUÍ, Marilena de Souza. (1994). **Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados**. In: DAGNINO, Evelina (org.). *Os anos 90: política e sociedade no Brasil* São Paulo: Brasiliense, p. 19-30.

FAUSTO, Boris. (2004). **Duas faces do populismo**. Folha de São Paulo, São Paulo, Caderno Mais!, 21 mar. 2004, p. 14.

FAUSTO, Boris. (2006). **O neopopulismo na América Latina**. Folha de São Paulo, São Paulo, Opinião, 17 fev. 2006, p. 3.

FERREIRA, Jorge. (2001). **O nome e a coisa: o populismo na política brasileira**. In : _____. *O populismo e sua história – debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 59-124.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. (2007). **Populismo: direita ou esquerda?** Folha de São Paulo, São Paulo, Opinião, 1º fev. 2007, p. 2.

GOMES, Ângela de Castro. (2001). **O populismo e as Ciências Sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito**. In : FERREIRA, Jorge. (org.). *O populismo e sua história – debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 17-57.

IANNI, Octavio. (1978). **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 51-126.

_____. (1991). **A formação do Estado Populista na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

RIBEIRO, Renato Janine. (1994). **A política como espetáculo**. In: DAGNINO, Evelina (org.). *Os anos 90: política e sociedade no Brasil* São Paulo: Brasiliense, p. 31-40.

WEBER, Max. (1970). **A política como vocação** in *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix.

WEFFORT, Francisco. (2003). **O populismo na política brasileira**. São Paulo: Paz e Terra.

WORSLEY, Peter. (1973). **O conceito de populismo**. In: Tabak, F. (org.). *Ideologias – populismo*. Rio de Janeiro: Eldorado, p. 23-67.
